

SEM TERRA, SEM GUERRA

O sol era escaldante na Rodovia Assis Chateaubriand, na tarde de 24 de novembro, a sete quilômetros de Presidente Prudente. Num dos batalhões da cidade, a tropa de choque da PM fazia exercícios de enfrentamento. No centro, um clima de aparente tranqüilidade. Os comerciantes trabalhavam normalmente.

Na rodovia, 1.500 homens, mulheres e crianças do Movimento Sem-Terra enfrentavam o quinto e último dia da “Marcha Pela Justiça em Defesa da Vida”, iniciada em Teodoro Sampaio. Estavam prestes a concluir o trajeto de 100 quilômetros. Espalhados pela cidade e estradas da região, 350 policiais militares prontos a entrar em ação.

No Aeroporto Adhemar de Barros, mais policiais com a difícil missão de “proteger o patrimônio público”. Por lá desembarcava (às 15h30) o líder da caminhada – que viajara para São Paulo na noite anterior–, José Rainha Júnior, acompanhado por deputados federais, estaduais e pelo advogado do Movimento.

A expectativa, criada pelo prefeito pefelista Agripino Lima, era de confronto. Durante toda a semana ele se recusou a negociar com as lideranças da marcha, afirmando que no “seu” município os sem-terra não entrariam. Para acirrar o clima, decretou ponto facultativo na esperança de que as pessoas ficassem em casa. Na sua opinião o perigo seria iminente com a chegada dos sem-terra à cidade.

Aumentava a tensão a cada passo. Policiais postados no acesso ao centro da cidade não informavam se permitiriam a entrada dos sem-terra em Presidente Prudente. Procurado, a informação era de que o prefeito deixara a cidade naquela manhã, afinal era ponto facultativo. O vice também havia desaparecido. Coisa de inconcebível ficção.

Restou ao comandante da PM, major Cunha, receber José Rainha, Diolinda Alves de Souza, outra líder da caminhada, e os outros 1.500 sem-terra, e

dizer que a polícia estava ali para garantir a segurança dos manifestantes enquanto eles estivessem na cidade. O major Cunha, paradoxalmente, é o mesmo comandante das desocupações de terra no Pontal.

Às 18h30, vencidas todas as dificuldades da caminhada e as ameaças de enfrentamento, os sem-terra foram recebidos por cerca de mil pessoas na Praça 9 de Julho, a principal da cidade. Lá, promoveram um ato em defesa da Reforma Agrária e entregaram flores ao presidente da Câmara, Wilson Portela Rodrigues (PMDB).

Somente a partir deste momento a PM passou a fornecer informações de que nenhum incidente havia sido registrado nas cidades por onde passara a marcha. Os noticiários locais, que bombardearam os telespectadores com a possibilidade de confronto, alardeavam, desta vez, a caminhada pacífica: “Depois de caminhar 100 quilômetros, Movimento Sem-Terra chega a Prudente em Paz”.

O sol já havia se posto há duas horas quando os 1.500 integrantes do Movimento Sem-Terra deixaram Prudente em direção aos acampamentos. Também foi neste momento que os policiais voltaram aos quartéis, os deputados a São

Paulo, e o prefeito à cidade que abandonara pela manhã. Provavelmente chegou a tempo de participar da organização do caminhonaço que os latifundiários promoveriam 72 horas depois, na mesma praça.

Episódio semelhante aconteceu em 1987, em Promissão, também interior de São Paulo, quando 352 famílias de acampados fizeram uma passeata. Naquela ocasião, os comerciantes, amedrontados, cerraram as portas dos estabelecimentos. Em outubro deste ano, oito anos após o assentamento na Fazenda Reunidas, os comerciantes voltaram a baixar as portas. Desta vez, em solidariedade aos ex-sem-terra, atuais pequenos produtores, que ocuparam a agência local do Banespa para exigir a liberação de crédito agrícola.

Episódio semelhante aconteceu em 1987, em Promissão, também interior de São Paulo, quando 352 famílias de acampados fizeram uma passeata. Naquela ocasião, os comerciantes, amedrontados, cerraram as portas dos estabelecimentos. Em outubro deste ano, oito anos após o assentamento na Fazenda Reunidas, os comerciantes voltaram a baixar as portas. Desta vez, em solidariedade aos ex-sem-terra, atuais pequenos produtores, que ocuparam a agência local do Banespa para exigir a liberação de crédito agrícola.

Marcos Cripa é editor da Revista Adusp.

